

Fenomenologia, Vulnerabilidade e Prevenção Primária ao uso nocivo de drogas

Fenomenología, vulnerabilidad y prevención primaria para el uso nocivo de drogas.

Phenomenology, Vulnerability and Primary Prevention to Harmful Use of Drugs

Marcelo Sodelli

Doutor em Psicologia da Educação, Docente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: msodelli@pucsp.br

Fenomenologia, Vulnerabilidade e Prevenção Primária ao uso nocivo de drogas

Fenomenología, vulnerabilidad y prevención primaria para el uso nocivo de drogas.

Phenomenology, Vulnerability and Primary Prevention to Harmful Use of Drugs

Marcelo Sodelli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a noção de vulnerabilidade e os possíveis desdobramentos práticos para a área de prevenção ao uso de risco e dependência de drogas. Para tanto, buscamos na perspectiva da fenomenologia-existencial a sustentação teórica que, ao entender o Ser Humano por meio do sentido ontológico da sua existência, revela sua inesgotável vulnerabilidade. Por fim, discute como a noção de vulnerabilidade pode abrir uma nova perspectiva preventiva na escola por meio das ações redutoras de vulnerabilidade.

Palavras-chave: prevenção, drogas, vulnerabilidade, fenomenologia.

Abstract

The present article aims to develop the notion of vulnerability and the possible conceptual developments for the area of prevention to the abuse of drug. For this, we seek from the perspective of existential phenomenology the theoretical support that, in understanding the Human Being through the ontological sense of its existence, reveals its inexhaustible vulnerability. Finally, it discusses how the notion of vulnerability can open a new preventive perspective in the school through actions that reduce vulnerability.

Keywords: prevention, drugs, vulnerability, phenomenology.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo desarrollar la noción de vulnerabilidad y los posibles desdoblamiento conceptuales para el área de prevención al uso de riesgo y dependencia de drogas. Para ello, buscamos en la perspectiva de la fenomenología-existencial la sustentación teórica que, al entender el Ser Humano por medio del sentido ontológico de su existencia, revela su inagotable vulnerabilidad. Por último, discute cómo la noción de vulnerabilidad puede abrir una nueva perspectiva preventiva en la escuela a través de las acciones reductoras de vulnerabilidad.

Palabras clave: prevención, drogas, vulnerabilidad, fenomenología.

1 – A origem da noção de vulnerabilidade

Facilmente podemos perceber que nos últimos anos a noção de vulnerabilidade vem sendo cada vez mais utilizada na área do uso de drogas. Sua fácil aceitação por profissionais da saúde e educação pode ser justificada por este conceito abarcar de modo bastante didático a complexidade da relação do Homem com as drogas, revelando seus três aspectos inseparáveis (vulnerabilidade: individual / social / programática). Porém, a aceitabilidade deste novo conceito traz riscos, pois já é possível detectarmos a sua utilização de forma indiscriminada (tendência ao modismo) nas mais diversas áreas como; na prevenção, no tratamento e nas políticas públicas. Nesta direção, em vez de iluminar e contribuir para a melhor compreensão do fenômeno do uso de drogas, a utilização irrefletida da noção de vulnerabilidade pode nos levar a banalização conceitual e obscurecer ainda mais as singularidades da área do uso dos psicoativos. Deste modo, buscaremos neste artigo explicitar os fundamentos teóricos que sustentam a noção de vulnerabilidade para, em seguida, apresentar novos desdobramentos suscitados por esta rica perspectiva tanto na área preventiva.

É importante iniciarmos a discussão sobre a “noção de vulnerabilidade” deixando claro que ela não se constitui como uma teoria explicativa, mas sim, na condição de uma propedêutica, uma disciplina do pensamento, uma forma de compreensão que nos prepara para intervir, sem a pretensão de controlar o fenômeno estudado (Ayres et al., 2003).

O termo vulnerabilidade é originário da área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, e significa: grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção ou garantia de seus direitos de cidadania. Esta expressão começou a ser mais usada na área de saúde, a partir da publicação, nos Estados Unidos, em 1992, do livro “Aids in the Word”. Esse trabalho estabelece os padrões de referência para a avaliação da vulnerabilidade à infecção pelo HIV.

Segundo Mann e Tarantola (1996), foram definidos três planos interdependentes de determinação da vulnerabilidade: vulnerabilidade individual (cognitiva e comportamento pessoal), vulnerabilidade social (contexto social) e vulnerabilidade programática (programas nacionais/estaduais/ municipais).

Utilizar a noção de vulnerabilidade, explica Ayres (1998), é uma alternativa de avançar para além da tradicional abordagem das estratégias de redução de risco, já que deste último conceito é que se originaram outras categorias, como a ideia de “grupo de risco” e “comportamento de risco”.

Durante os anos 80 e 90 assistimos o fracasso dos trabalhos de prevenção ao HIV/AIDS, pois essas intervenções estavam pautadas no binômio “informação + vontade”, ou seja, balizadas na ideia de que o cuidado preventivo estaria pautado exclusivamente no indivíduo, esquecendo de elementos fundamentais de outra natureza como a

cultural, econômica, política, jurídica, etc. (Schneider & Stollere, 1994).

É no início dos anos 90 que as estratégias de prevenção que ultrapassavam a redução individual do risco, ganharam força e visibilidade, apontando para a necessidade de compreender a prevenção do HIV/AIDS por meio do quadro da vulnerabilidade, articulado em três eixos interligados, como nos ensinam Ayres e colaboradores (2003):

- Componente individual: diz respeito ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; à capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las aos seus repertórios cotidianos de preocupações; e, finalmente, ao interesse e às possibilidades efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas e protetoras.

- Componente social: diz respeito à obtenção de informações, às possibilidades de metabolizá-las e ao poder de incorporá-las a mudanças práticas, o que não depende só dos indivíduos, mas de aspectos, como acessos a meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas, ou poder defender-se delas. Todos esses aspectos devem ser, portanto, incorporados às análises de vulnerabilidade.

- Componente programático: para que os recursos sociais de que os indivíduos necessitam para não se expor ao HIV e se proteger de seus danos sejam disponibilizados de modo efetivo e democrático, é fundamental, a existência de esforços programáticos voltados nessa direção. Quanto maior for o grau e a qualidade de compromisso, recursos, gerência e monitoramento de programas nacionais, regionais ou locais de prevenção e cuidado relativo ao HIV/Aids, maiores serão as chances de canalizar os recursos sociais existentes, otimizar seu uso e identificar a necessidade de outros recursos, fortalecendo os indivíduos diante da epidemia.

Nesse sentido, a noção de vulnerabilidade propõe ampliar o campo das reflexões para além do comportamento individual, compreendendo o avanço da epidemia da Aids como produto da interação de múltiplos fatores psicológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Ayres, França Júnior e Calazans (1997, p.23) resumem a noção de vulnerabilidade ao HIV/AIDS, definindo-a como:

O esforço de produção e difusão de conhecimento, debate e ação sobre os diferentes graus e naturezas da suscetibilidade de indivíduos e coletividades à infecção, adoecimento ou morte pelo HIV/AIDS, segundo a particularidade de sua situação quanto ao conjunto integrado dos aspectos sociais (ou contextuais), pragmáticos (ou institucionais) e individuais (ou comportamentais) que os põem em relação com o problema e com os recursos para seu enfrentamento.

Se o vírus HIV/AIDS pode afetar hipoteticamente qualquer pessoa, a chance de se infectar pelo vírus não é igual para todos os indivíduos,

grupos, regiões ou países. Quanto menos acesso à educação e à saúde, quanto mais marginalizados e excluídos, quanto menos recursos os indivíduos tiverem para elaborar escolhas para suas próprias vidas, mais vulneráveis a diferentes riscos eles estarão e pouco poderão fazer para adotarem práticas de proteção.

A vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser minimizadas ou revertidas. Desta maneira, poderíamos pensar em instrumentos técnicos e estratégias preventivas que objetivem diminuir a vulnerabilidade, ou seja, o trabalho de ações redutoras de vulnerabilidades (Sodelli, 2016).

A noção de vulnerabilidade não deve ser compreendida de maneira binária, unitária e estável. Isto quer dizer que, em uma mesma situação, estamos vulneráveis a alguns agravos e não a outros; o que pode nos deixar vulneráveis sob um aspecto, pode nos proteger sob outro; estamos sempre vulneráveis em diferentes graus e as dimensões e os graus de nossas vulnerabilidades mudam, constantemente, ao longo do tempo.

Sintetizam Ayres e colaboradores (2003, p.134): “portanto, as pessoas não são vulneráveis, elas estão vulneráveis sempre a algo, em algum grau e forma, e num certo ponto do tempo e espaço”.

2- Fundamentos Fenomenológico-existenciais da noção de vulnerabilidade

Antes de apresentarmos de modo mais específico como a noção de vulnerabilidade pode nos ajudar para uma melhor compreensão do fenômeno uso de drogas, devemos antes explicitar os principais fundamentos que sustentam esta ideia. Torna-se necessário, então, falarmos da perspectiva teórica conhecida como Fenomenologia Existencial. Ressalvamos que a compreensão Fenomenológico-Existencial, apresentada neste artigo, se sustenta, exclusivamente, na discussão feita por Heidegger¹, em sua obra *Ser e Tempo*. Utilizaremos, também, autores brasileiros que compartilham com este modo de compreender o existir humano, entre outros: Benedito Nunes e Zeljko Loparic.

Sabemos que as ideias da Fenomenologia Existencial são muito diferentes do que geralmente é escrito por autores das áreas da saúde e educação, o que pode causar ao leitor desavisado certo estranhamento com os temas apresentados. Isto se deve principalmente porque a Fenomenologia não segue a lógica das ciências naturais como, por exemplo, a maioria das abordagens psicológicas e psiquiátricas, já que aquela entende que a condição ontológica (aquilo que possibilita que algo se manifeste como algo) do ser humano o faz distinto de qualquer outro ente - seja um ser animado ou inanimado. Assim, para a Fenomenologia Existencial o ser humano não é um ente natural - como tudo o que existe no mundo. Deste modo, a existência humana não pode ser explicada via a lógica causal. Rompemos, assim, com toda possibilidade de prever e

controlar o comportamento humano, nos obrigando a repensar a nossa prática profissional. Daí a importância de nos aproximarmos da noção de vulnerabilidade e da sua sustentação teórica via o pensamento fenomenológico.

Podemos distinguir duas condições ontológicas fundamentais entre todos os entes (todos os seres vivos e objetos) e o Dasein, termo proposto pelo próprio Heidegger para indicar o caráter peculiar e distinto da existência humana.

A primeira condição fundamental é que o Dasein é o único ser que compreende sua finitude, de que um dia sua vida vai terminar, de que ele é um ser mortal. Assinala Nunes (2002, p.22): “desde o princípio o Dasein está predeterminado pelo seu fim”. O ser humano compreende que um dia virá em que ele não mais “será” ou “existirá”. Para a Fenomenologia Existencial, esta diferença marca um modo distinto do Homem estar no mundo, muito diferente dos outros entes, uma vez que é o único ser que tem de conviver com o seu-ser-para-a-morte e é livre para realizar uma opção entre viver ou morrer. Desta condição ontológica, se desdobra dois sentimentos inerentes ao Dasein²: a angústia e a culpa.

A ameaça do não-ser (a morte) é a fonte da angústia primordial do Dasein, a qual vivenciamos por meio do confronto entre a necessidade de realização das nossas potencialidades e o perigo de não ser capaz de realizá-las. Discutindo a essência da angústia, Heidegger (1993) esclarece que cada angústia humana tem um de que, do qual ela tem medo e um pelo que, pelo qual ela teme. O de que de cada angústia compreende a possibilidade real do Dasein de um dia não estar mais aqui. O pelo que da angústia nos remete à própria condição existencial do Dasein, ou seja, a responsabilidade de zelar e cuidar de sua continuidade no mundo.

A culpa é outra importante singularidade do modo de ser do Dasein a qual não está relacionada às proibições ou tabus culturais, mas, fundamentalmente, à consciência³ de que o ser do Dasein está sempre em jogo. Deste modo, temos sempre que escolher um modo de ser e, como tal, podemos falhar nesta escolha. A culpa então se vincula à consciência da não-realização integral das potencialidades, da necessidade imperativa de efetuar certas escolhas, em detrimento de outras. Para melhor entendermos o sentimento de culpa, vejamos a segunda diferença fundamental entre o Dasein e os outros entes.

Outra condição ontológica fundamental é que o Homem nasce com o seu ser livre (ser indeterminado ontologicamente). O Dasein é essencialmente livre, no sentido de ser capaz de realizar opções e de tomar decisões das quais resultam os significados de sua existência. Os outros animais já nascem destinados a serem eles mesmos, pois não têm a possibilidade de ser outra coisa. Por exemplo, uma abelha já nasce abelha, não há outra possibilidade, a não ser, existir como

¹ Martin Heidegger, filósofo alemão, 1889/1976.

² Dasein é o homem compreendido como o ser-existindo-aí. Dasein é sempre uma possibilidade no qual se encontra como uma abertura para a experiência. Esta característica ficará cada vez mais evidente com a explicitação da estrutura do ser-no-mundo, sendo, esta estrutura a constituição ontológica do Dasein. Ser-no-mundo, por sua vez, designa um fenômeno unitário que comporta uma pluralidade de momentos estruturais indissolavelmente ligados: o mundo, o ente que está no mundo e o ser-em.

³ Consciência deve ser entendida aqui, como nos ensina Inwood (2002), como o “saber junto - com”, quer dizer, o Dasein é convocado por ele mesmo a dar conta do seu ser (existir). Conhecer esta tarefa é ter consciência do apelo do ser, do estar-aí-no-mundo.

abelha. Por outro lado, o Homem nasce possibilidade e não determinação. Isto quer dizer que o Homem, mesmo tendo que lidar com, por exemplo, o instinto biológico ou com os aspectos históricos, ele é o único ente que compreende sua situação e que tem a possibilidade (liberdade) para tomar uma decisão. É justamente esta condição ontológica que possibilita que o ser humano seja histórico, quer dizer, sendo ontologicamente livre a história humana (seu contínuo desenvolvimento) pode ser construída no mundo ôntico.

Por ser o homem ontologicamente livre (poder-ser-aberto), se constituir como humano não é uma consequência natural, mas sim uma tarefa. Deste modo, o nosso Humanitas só pode se constituir na relação com outro Dasein, definido por Heidegger (1993) na ideia de ser-com-os-outros (humanos). Dasein é sempre uma possibilidade na qual se encontra uma abertura para a experiência. O homem é o ser-existindo-aí.

Entretanto, o Dasein não existe isoladamente do mundo que habita que, por sua vez, também não existe separado do Dasein. Quer dizer, o homem não é uma simples "coisa" no meio de outras coisas, nem uma interioridade fechada dentro de si mesmo. Daí a importância de compreender a expressão fenomenológica "ser-no-mundo" que aponta primeiramente para um fenômeno de unidade e é deste modo que devemos compreendê-la. Esta expressão deve ser entendida como uma estrutura de realização, visto que a existência do homem como "ser-no-mundo" se desenvolve num mundo de realizações, interesses e explorações, de lutas e fracassos. É importante perceber que, na visão heideggeriana, o homem não está dentro de um mundo, quer dizer, não existe um mundo anterior no qual o homem foi colocado, tampouco o homem existe para depois criar um mundo. O homem "é" (existe) na exata medida de seu "ser-em" (na sua relação com o mundo). Não existe anterioridade entre esses dois movimentos (Heidegger, 1993).

Porém, mesmo sendo possibilidade, o Homem não vive solto no mundo, sem rumo. Ao contrário, por sua condição ontológica de ser livre (abertura), de ter-que-ser alguma coisa, todo o tempo, o Homem se entrelaça no mundo, por meio da busca incessante pelo sentido. Como aponta Heidegger (1993, p.208), "sentido é aquilo em que se sustenta a compreensibilidade de alguma coisa. Chamamos de sentido aquilo que pode articular-se na abertura da compreensão". Esta busca de sentido nunca termina, pois o ser do Homem sempre está em jogo, dia após dia, hora após hora, minuto após minuto. O sentido da existência consiste no estar-lançado-no-mundo, como seu destinar-se, seu rumo. E é esse sentido da existência que vai impulsionando e pressionando a mundanização de nosso mundo, toda a ambientação de nosso lugar de vida, nosso trabalho, nosso fazer. Assim, a força motivadora da vida humana é a busca que o homem empreende para dar um sentido à sua existência (Loparic, 2004). Aqui se torna evidente a importância da ideia de projeto de vida.

Mas como já dissemos, o Dasein não está lançado e aberto ao mundo aleatoriamente. O Dasein se abre ao mundo por meio da disposição, ou seja, da forma que é onticamente conhecida como o humor, os estados de humor. A disposição é o estado em que nos encontramos, é

o modo de ser-em com que nos sentimos, com que nos dispomos ao mundo. Salienta Heidegger (1993, p.192) "na disposição subsiste existencialmente um liame de abertura com o mundo, a partir do qual algo que toca pode vir ao encontro". Tudo que chega ao homem o faz por intermédio dos estados de humor. Portanto, a compreensão do homem em relação às coisas é sempre emocionada. Pela disposição é que as coisas são descobertas, como boas, temíveis, indiferentes, interessantes, ameaçadoras, etc. É o homem existindo no mundo, sempre à luz de uma disposição emotiva.

Este modo peculiar de existir, no qual se abrem, a todo instante, infinitas possibilidades de ser, tendo como horizonte o próprio não-ser (a morte), se apresenta para o Homem como uma tarefa árdua, difícil e angustiante. O Homem tem que dar conta do seu existir e ninguém pode realizar esta tarefa por ele. Esta escolha dos modos de ser não se dá por meio de uma ponderação temática do pensamento, mas, conforme acrescenta Heidegger (1993), é sempre posterior a algo para o que já fomos preparados pela disposição (estados de humor), embora ela talvez seja a primeira e única de que nos damos conta. Por este último motivo, sempre achamos que é através da ponderação do pensamento que escolhemos.

Assim, Heidegger (1993) nos alerta que não podemos confundir a abertura do ser-no-mundo no humor com o que o Dasein conhece, sabe e acredita sobre si mesmo. A abertura da disposição (os estados de humor) possibilita e desenvolve o que o Dasein representa, por meio da emoção e afeto, sem que necessariamente tenha um movimento de consciência. A maioria das pessoas apresenta a compreensão dos estados de humor por meio do velamento, ou seja, daquilo que ainda não foi racionalmente compreendido (Sodelli, 2008).

Por outro lado, isto não quer dizer que o Dasein não possa buscar compreender a si-mesmo e o mundo. Heidegger (1993) assinala que a compreensão é um modo de ser-em tão originário quanto a disposição. Compreender é entendido, por este autor, como um ato de tornar visíveis e familiares, às entidades e seres, suas utilidades e serventias. É permitir uma atribuição de significados tanto na relação com as coisas como na relação das coisas. Nessa atribuição de significados, inclui-se a compreensão que, por sua vez, já traz implícita a interpretação. Compreender e interpretar são estados existenciais básicos do Dasein, do seu ser-no-mundo, quer dizer, é um modo do homem ser e existir no mundo. Para Heidegger, não há compreensão sem interpretação. Concordando com essa ideia, salienta Nunes (2002) que a interpretação é a explicitação do compreendido, ou seja, é o significado que se abre na compreensão do mundo, que indica o para-quê (utilidade e serventia) do que é compreendido.

O ser das coisas está no lidar dos homens com elas e no falar; está numa trama de significações que os homens vão tecendo entre si mesmos e por meio da qual vão se referindo e lidando com as coisas. Deste modo, conclui Critelli (1996), os significados não estão nas coisas, mas na compreensão do Dasein. Por esta razão, é possível para o Dasein atribuir significados novos ao mundo que o rodeia.

Heidegger (1993) considera que o homem é sempre passageiro, lançado em um mundo e está sempre entregue à responsabilidade de si mesmo. O estar lançado significa a facticidade do homem, ou seja, pelo fato de estar-aí, o homem já revela um modo global de se relacionar com o mundo e o compreender, testemunhado na disposição e na compreensão. Estando-aí, o homem é, antes de tudo, o mundo que ocupa e que o preocupa. O conhecimento não é senão a articulação de uma pré-compreensão, na qual o homem sempre já se encontra. Assim, Heidegger denuncia um sujeito concretamente definido e historicamente situado.

Como já discutimos, ao dar-se conta de ser, de poder-ser, o Homem percebe que tem que dar conta de seu ser, ou seja, tem que dar conta de sua existência e, sobretudo, isto está sob sua responsabilidade. Assim, o Homem tem que “cuidar de ser”. Os homens tomam para seu cuidado tudo o que pertence à existência: o mundo, as coisas do mundo, os outros homens, si mesmos. Heidegger define como “cuidado” o habitar o mundo e construí-lo, preservar a vida biológica e atender suas necessidades, tratar de si mesmo e dos outros. É o “cuidado” que torna significativas a vida e a existência humana. Ser-no-mundo, portanto, é cuidar (Loparic, 2004).

Heidegger (1993) afirma que a escolha desse cuidar não é aleatória. Esse cuidar está baseado, em última análise, em uma escolha com tríplice aspecto, a saber: do que se vai cuidar ou não (o que está próximo ou distante de nossos cuidados), de como se vai cuidar ou não (o modo como se cuida), de como se vai cuidar desse cuidar mesmo. Podemos dizer que a escolha “de que cuidar” e “do modo de cuidar” retiramos do nosso mundo herdado, quer dizer, da cultura do mundo em que nascemos. O modo de cuidar do modo de cuidar do que se tomou sob cuidados é o que nos leva mais propriamente ao âmbito do sentido. Esse sentido deve ser entendido como um rumo que apela, em outras palavras, a uma destinação, em que se abre a possibilidade de se cuidar de ser, dando-se conta de ser numa certa direção e não em outra. Como já afirmamos, é através da disposição (os estados de humor) que o Dasein cuida do existir. Dessa forma, cuidando de existir é que o sentido originalmente se manifesta (Sodelli & Teodoro-Sodelli, 2011).

Faz-se necessário ainda assinalar a temporalidade do Dasein, que é o movimento extático, isto é, o Dasein só retroverte (passado) advindo (futuro) a si, e porque retroverte ao advir é que gera o presente (Nunes, 2002). “O homem é uma perpetua temporalização, quer dizer, o homem sempre está no tempo” (Schneider, 2011, p. 93). Continua a autora que “o homem é seu passado, mas que não se reduz em sê-lo, já que está sempre em frente do seu devir, do seu futuro”.

Heidegger (1993) aponta que a temporalidade opera-se na facticidade pelo passado, no cotidiano pelo presente, mas estes sempre respeitando a primazia do tempo “futuro”, relativo ao compreender, que possibilita o projeto, considerando que o Dasein nunca consegue se totalizar, na medida que se constitui sempre num vir-a-ser.

Assim, o futuro é uma antecipação, o passado, a retomada do que uma vez foi possível, e o presente, o instante da decisão. Fenomenologicamente, o passado ainda está no presente, no

presente está comprimido o passado, como no passado antecipa-se o futuro. Deste modo, o Dasein existe temporizando-se, entre o momento que nasceu até a sua morte.

3 - Ser Humano e a vulnerabilidade existencial

Toda difícil discussão construída por meio da Fenomenologia Existencial deve nos levar agora a uma ideia fundamental: a vulnerabilidade humana não é algo que pode ser eliminada. O ser humano, por sua própria constituição ontológica, se apresenta sempre de algum modo vulnerável em relação a tarefa de ter que cuidar do seu existir. E mais, sabendo que é impossível transferir esta tarefa para os outros, o mundo pode se tornar um lugar inóspito, a vida pode ser sentida como um ônus, como um fardo que se tem de carregar.

Nesta mesma direção, Loparic (2004) alerta que o perigo que nos espreita e em toda parte nos acua é o mundo como mundo, originário e diretamente, que se abre para o Dasein desabrigado. O mundo inteiro não o pode completar. Consciente disto o Dasein experimenta a angústia e desespero, dor e tédio. Essa consciência revela a essencial vulnerabilidade existencial do ser humano.

Ao assumirmos que é impossível acabar com a vulnerabilidade existencial do Homem, o próximo passo é entendermos que também é impossível acabar com a possibilidade do ser humano buscar minimizar o peso desta condição, sendo que é desta procura (prócura: ato de cuidar) que se origina a abertura para o possível uso de drogas. Sipahi e Vianna (2002, p.87) reiteram que “é frente à angústia do futuro estrangeiro que se abre a possibilidade do uso de drogas como promessa de um viver mais tranquilo. (...) o uso de drogas vai revelar-se como uma das possibilidades de alívio do cuidar, na precariedade do viver”.

Compreendemos, assim, por meio do pensamento fenomenológico, que é impossível acabar com a possibilidade do uso de drogas entre os seres humanos, pois, para isto acontecer, seria necessário modificar a própria condição ontológica do Dasein. Deste modo, todo e qualquer esforço, seja de caráter preventivo ou de tratamento ao uso nocivo de drogas, que pretenda universalmente negar esta possibilidade humana, estará fadado ao fracasso.

Torna-se possível, então, considerar a questão do uso de drogas como uma entre tantas outras possibilidades de alterar nossa consciência, de diminuir o sofrimento e a angústia existencial. Seibel e Toscano (2001, p.01) revelam que “a história da humanidade nos ensina que o uso de drogas é apenas um modo de vida. As pessoas sempre as utilizaram, por motivos os mais diversos, e sem dúvida, as seguirá utilizando”.

Disto tudo se desdobra a necessidade de ultrapassar o paradigma de que o uso das drogas é um problema que deve ser solucionado, para assumirmos um novo paradigma “o uso das drogas é uma questão humana que devemos aprender a lidar e conviver”. O que está ao nosso alcance profissional é desenvolvimento de ações redutoras de

vulnerabilidade ao uso de risco e dependência de drogas (Sodelli, 2010), tanto na área de prevenção quanto de tratamento.

4 - A noção de vulnerabilidade e a prevenção ao uso de risco e dependência de drogas

Inicialmente pensada como forma de fornecer elementos para avaliar objetivamente as diferentes chances que todo e qualquer indivíduo tem de se contaminar pelo HIV, em virtude do conjunto formado por certas características individuais e sociais de seu cotidiano, julgadas relevantes para a maior exposição ou menor chance de proteção diante do problema, a noção de vulnerabilidade se estendeu para outras questões, como a da violência nas relações de gênero e ao uso nocivo de drogas. Assim, o quadro de vulnerabilidade poderia ser compreendido na tarefa preventiva ao uso nocivo de drogas, da seguinte forma:

- Componente individual - a maior vulnerabilidade não deve ser entendida como uma decorrência imediata da ação voluntária dos indivíduos, grupos populacionais ou nações, mas sim, relacionada a condições objetivas do meio natural e social em que os comportamentos acontecem, ao grau de consciência que os indivíduos, grupos populacionais ou nações têm sobre esses comportamentos e ao poder de transformação que possuem, com base nessa consciência;
- Componente social - diz respeito a aspectos de como se dá o acesso à informação pelos sujeitos ou grupos populacionais, bem como o acesso aos serviços de saúde e educação; a aspectos sociopolíticos e culturais relacionados a determinados segmentos populacionais, a saber, as mulheres, as crianças, os idosos, as populações indígenas, entre outros; o grau de liberdade de pensamento e expressão dos diferentes sujeitos;
- Componente programático (político-institucional) - diz respeito a aspectos como financiamentos previstos para programas preventivos, a presença ou não de planejamento das ações, a possibilidade de formação de redes ou coalizão interinstitucional para atuação, além do compromisso expresso das autoridades para tal.

A compreensão de que ninguém é vulnerável, mas *está* vulnerável, resultante da dinâmica relação entre os componentes individuais, sociais e programáticos, provoca novas reflexões sobre o modo de como devemos pensar a prevenção ao uso de risco e dependência de drogas.

Assim, da mesma forma que ajudou no desenvolvimento na área de prevenção ao HIV/AIDS, desconstruindo as intervenções preventivas balizadas exclusivamente no “repasso de informação”, a noção de vulnerabilidade também entrará na área da prevenção ao uso nocivo de drogas revelando o quanto as ações preventivas pautadas na perspectiva de “Guerra as Drogas” são ineficazes, ou seja, um grande engano.

Se nós entendermos que a vulnerabilidade não é algo estático e pontual, mas dinâmico e contínuo, projetos preventivos pontuais, meramente informativos ou terroristas (instauração do medo), terão resultados limitados (Sodelli, 2010). Os principais objetivos da prática preventiva não deveriam ser apenas de alertar as pessoas sobre algum problema específico, “mas também para que, além disso, respondam de forma a superar os obstáculos materiais, culturais e políticos que os mantêm vulneráveis mesmo quando avisados individualmente” (Ayres et al., 2003, p.135).

Nessa mesma direção, propor a implementação de projetos preventivos somente para adolescentes, é negar o caráter construtivo e provisório do quadro de vulnerabilidade. Ora, considerar esta noção é reconhecer a importância de possibilitar para o aluno aquilo que talvez seja uma das mais importantes tarefas de nossa vida; a construção de um projeto de vida próprio. Em outras palavras, encorajar no aluno o poder de transformação, que estamos nomeando hoje como a possibilidade de construir sua plena cidadania (Sodelli, 2016).

Torna-se evidente, então, que os projetos preventivos ao uso nocivo de drogas, que levam em conta a noção de vulnerabilidade, deveriam, preferivelmente, ser iniciados já na educação infantil ou pelo menos no ensino fundamental I, para que percorresse toda a vida estudantil até chegar ao ensino médio.

Quando nos apoiamos na noção da vulnerabilidade para desenvolver intervenções preventivas, estamos, na verdade, procurando ampliar os horizontes normativos que orientam esta ação, quer dizer, estamos buscando a subsunção do ideal de controle de uma doença (ou comportamento) para dialogar com interesses de natureza estética, emocional, moral, entre outros (Ayres et al., 2003).

Ao dialogar com outros interesses, sem ser o do controle, o sentido da prática preventiva se modifica, assim como o seu modo de dialogar. Portanto, não é o técnico (professor, psicólogo, médico, etc.) que determinará *como* o sujeito-alvo (aluno, professor) deveria se prevenir, mas é o próprio sujeito, após intensa reflexão, que se colocará em questão, buscando formas e apoio para reduzir suas vulnerabilidades. Todavia, refletir não é um simples exercício intelectual. Segundo Heidegger (1993), reflexão é a coragem de tornar o axioma de nossas verdades e o âmbito de nossos próprios fins em coisas que, sobretudo, são dignas de serem colocadas em questão.

5. Considerações Finais

Considerando a noção de vulnerabilidade, podemos indagar se não seria um dos sentidos da prevenção a tentativa concreta de contribuir para o cuidar de si mesmo e também do outro.

É nesse sentido que entendemos o entrelace da prevenção ao uso nocivo de drogas com a noção de vulnerabilidade e, mais especificamente, no âmbito escolar, na possibilidade da construção permanente de uma rede cuidadora entre o professor e o aluno. Isto nos parece fundamental: prevenção na escola é trabalhar no sentido

de construir uma rede cuidadora permanente entre professor e o aluno (Sodelli, 2016).

Nesta direção, a aproximação da noção de vulnerabilidade com a problemática do uso de drogas inaugura uma outra possibilidade de compreensão do trabalho preventivo: em vez da prevenção ao uso nocivo de drogas, podemos propor agora uma nova expressão: ações redutoras de vulnerabilidades ao uso nocivo de drogas (Sodelli, 2016).

A expressão “ações redutoras de vulnerabilidades ao uso nocivo de drogas” privilegia o campo do **fazer** e não somente do **falar**. Este é um aspecto fundamental na área da Educação Preventiva, pois denota claramente que trabalhos expositivos, teóricos e pontuais, embora sejam relevantes, não são suficientes para atender à complexidade da relação do homem com as drogas.

Por último, esta expressão sinaliza que o trabalho preventivo deveria ter como objetivo **reduzir** vulnerabilidades ao uso nocivo de drogas e não, a pretensão de **acabar** com o uso destas substâncias. Como já discutimos, entendemos que reduzir vulnerabilidades está no horizonte do possível, enquanto que acabar está no horizonte do impossível. Este aspecto ganhará um significado fundamental, quando discutirmos quais são os elementos que facilitam ou dificultam a apropriação do professor para a tarefa preventiva. Ou seja, qual objetivo preventivo está mais próximo do sentido de educar, a prevenção proibicionista ou a noção de vulnerabilidade?

Referências

- Ayres, J. R. C. M. (1998). Vulnerabilidade dos jovens ao HIV/AIDS: a escola e a construção de uma resposta social. In: SILVA, L. H. (Org.). A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p.18- 37.
- Ayres, J. R. C. M.; França Júnior, I.; Calazans, G. J.(1997) AIDS, Vulnerabilidade e Prevenção. II Seminário Saúde Reprodutiva em Tempos de AIDS - IMS/UERJ - ABIA, p.20-37.
- Ayres, J. R. C. M.; França Júnior, I.; Calazans, G. J.; Saletti Filho, H. C. S. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. (Org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, p.117-138.
- Critelli, D. M.(1996). Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC: Brasiliense.
- Heidegger, M. (1993). Ser e o Tempo. 4ª edição. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes.
- Inwood, M. J. (2002). Dicionário Heidegger. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Loparic, Z. (2004). Heidegger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Mann, J.; Tarantola, D. J. N. (Orgs.) (1996). AIDS in the world II. New York: Oxford University Press.
- Nunes, B. (2002). Heidegger e ser e tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Schneider B. E.; Stoller N. E. (1994). Women Resisting AIDS: Feminist Strategies of Empowerment (Health, Society, and Policy). New York: University Press.
- Seibel, S. D.; Toscano, A. Jr. (2001). Conceitos Básicos e Classificação Geral das Substâncias Psicoativas. In: Seibel, S. D.; Toscano, A. Jr. Dependência de drogas. São Paulo: Atheneu.
- Sipahi, F. M.; Vianna, F. C.(2002) A dependência de drogas e a fenomenologia existencial. Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse - nº 11 - São Paulo: A Associação, p.85-92.
- Sodelli, M. (2012). Drogas e ser humano a prevenção do possível. In: Álcool e outras drogas. Conselho regional de Psicologia da 6ª região- São Paulo: CRPSP.
- Sodelli, M. (2011). A abordagem de Redução de Danos Libertadora na Prevenção: ações redutoras de vulnerabilidade. In: Silva, E.A. & Micheli, D. Adolescência – uso e abuso de drogas: uma visão integrativa. São Paulo: Editora Fap-Unifesp.
- Sodelli, M. (2016). Drogas e Prevenção: da desconstrução da postura proibicionista as ações redutoras de vulnerabilidade. São Paulo, Via Veritas.
- Sodelli, M. (2010). A Abordagem Proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. In: O Desafio da Drogadicção na Sociedade Contemporânea. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Volume 15, n. 3, maio.
- Sodelli, M. (2008) Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Ano 6, n. 10, jan/jul2008. Vitória da Conquista - Universidade Estadual do Sudeste da Bahia: Edições Uesb.
- Sodelli, M. & Teodoro-Sodelli, A. (2011) .Visitando os “Seminários de Zollikon”: novos fundamentos para a psicoterapia fenomenológica. Revista da Psicologia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, v. 20, n. 12.p. 245 a 272.